

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0062-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.622221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

RAÍZES DA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS E DIMENSÕES

Eduardo Menegais Maciel

Gilian Evaristo França Silva

Idinéia Dutra Marquezoti de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211031>

CAPÍTULO 2..... 12

DISCUTINDO A RELAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REINVENTADO A EXTENSÃO

Natália Mueller Jenichen Perboni

Fabia Graciela de Marchi Maffezzoli

Isabela Antonio Pereira

Isabelle Martins de Carvalho

Nathália Pagotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211032>

CAPÍTULO 3..... 24

PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE LUZIÂNIA SOBRE A PANDEMIA DO COVID -19

Letícia Lima Veras Guarany Khouri

Simone Paixão Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211033>

CAPÍTULO 4..... 38

O RACIONALISMO FORMAL: TECNOFILIA E ENSINO PRAGMÁTICO

Lucas Sá Mattosinho

Maria da Graça Mello Magnoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211034>

CAPÍTULO 5..... 51

A PRÁTICA DA TUTORIA COM FOCO NA IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO TUTOR PARA CURSOS À DISTÂNCIA: IDENTIFICANDO AS SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES

José Maria Maciel Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211035>

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELAÇÃO ALUNO E MERCADO DE TRABALHO

Gabriele Bonck

Paola Andressa Scortegagna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211036>

CAPÍTULO 7..... 78

DIRETORES ESCOLARES EM UM CONTEXTO DE MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: OS

DESAFIOS DA QUALIDADE

Cássio José de Oliveira Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211037>

CAPÍTULO 8..... 99

DISCUTINDO EDUCAÇÃO - PARTINDO DE KANT E FOUCAULT

Éverton Nery Carneiro

Valdivino Souza Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211038>

CAPÍTULO 9..... 111

A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS ADULTOS E IDOSAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS

Jacqueline Nunes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6222211039>

CAPÍTULO 10..... 123

DIÁRIO DE ITINERÂNCIA COMO ESTRATÉGIA REFLEXIVA DO QUEFAZER PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES E NARRATIVAS: O MUNDO NA ESCOLA E A ESCOLA NO MUNDO

Mauro Batista da Rosa Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110310>

CAPÍTULO 11..... 127

A FORMAÇÃO PASTORAL EM MEIO A PANDEMIA DO COVID-19: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Alisson de Souza

Clélia Peretti

Levy Freitas de Lemos

Mirian Cristina Vidal da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110311>

CAPÍTULO 12..... 136

AMAZÔNIA: A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL E AS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Glauciene Dutra Silva

Leila Adriana Baptaglin

Wellen Crystinne de Araújo Sousa e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110312>

CAPÍTULO 13..... 145

A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOS ENFERMEIROS EM UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS NUM ESTUDO COMPARADO PORTUGAL E BRASIL

Ana Paula Morais de Carvalho Macedo

Vilanice Alves de Araújo Püschel

Katia Grillo Padilha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110313>

CAPÍTULO 14..... 158

THE TRANSVERSALITY OF THE SDGS IN UNIVERSITY STUDIES: A MULTIDISCIPLINARY EXPERIENCE

Lucía Aparicio Chofré
Cristina Escamilla
Elisa Gimenez Fita
Guadalupe Bohorques Marchori
Carla de Paredes Gallardo
José María Quilez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110314>

CAPÍTULO 15..... 170

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS

Ádani Lopes Brito
Angela Cristina Dias do Rego Catonio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110315>

CAPÍTULO 16..... 182

PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE SE CONSIDERA INDISCIPLINA?

Luzimar Diniz Flores
Arisa Araújo da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110316>

CAPÍTULO 17..... 187

LIGA PELA EQUIDADE, IGUALDADE E ALFABETIZAÇÕES: O PROGRAMA LEIA+ E AS TRANSFORMAÇÕES REQUISITADAS PELO IVC (INDICADOR VULNERABILIDADE CURITIBA)

Oséias Santos de Oliveira
Maria Sílvia Bacila
Andressa Woellner Duarte Pereira
André Felipe Zilio da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110317>

CAPÍTULO 18..... 196

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Rosangela Portella de Castro
Elenice da Silva Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110318>

CAPÍTULO 19..... 205

DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - CUIDAR NOS PROCESSOS DE PERDAS E LUTOS

Maria de Fátima Moreira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110319>

CAPÍTULO 20.....	218
O USO DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS NAS AULAS Lorrany Santos Baima  https://doi.org/10.22533/at.ed.62222110320	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	223
ÍNDICE REMISSIVO.....	224

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS

Data de aceite: 01/03/2022

Ádani Lopes Brito

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Angela Cristina Dias do Rego Catonio

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

RESUMO: A situação migratória mundial tem aumentado significativamente, dado pelos fatos que vêm ocorrendo no mundo todo, levado principalmente por questões político sociais, que tem obrigado pessoas de muitas nações a buscarem abrigo em países estrangeiros e, em sua maioria, de língua e cultura diferentes. Essa população é acolhida majoritariamente por ONGs e Organizações Religiosas, sendo parte desta acolhida o ensino da Língua Portuguesa, utilizada como Língua de Acolhimento. O ensino do PLAC é de caráter de urgência e afetivo, favorecendo a inserção do migrante em novos contextos sociais, devendo sempre se considerar o aspecto emocional e subjetivo da aprendizagem, tendo em mente possíveis conflitos que podem aparecer no início do processo de aprendizagem. Entende-se então que o ensino de PLAC possui particularidades, o que exige pessoas capacitadas para tal ação. O docente deve ter um preparo voltado à discussões críticas para passar isso a seus alunos, transmitindo uma visão de interculturalidade, contribuindo para a formação linguística e também na formação cidadã dos refugiados, levando-os a lutarem e exigirem seus direitos como cidadão, sem

diferença alguma da população nativa do país acolhedor. Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, cuja fundamentação teórica baseou-se em revisão bibliográfica de autores como Bizon (2013), Amado (2012), Grosso (2007) e (2010), entre outros. Os resultados sugerem que este tema ainda requer muito cuidado e estudo, uma vez que os fluxos migratórios em todo o mundo só se acentuam, levando assim, estudiosos a buscarem as melhores maneiras de acolher estes migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Refúgio. Acolhimento. Língua. Português.

ABSTRACT: The world migratory situation has increased significantly, given the facts that have been happening all over the world, driven mainly by political and social issues, which have forced people from many nations to seek shelter in foreign countries and, for the most part, with different language and culture. This population is mostly welcomed by NGOs and Religious Organizations, part of which is the teaching of the Portuguese language, used as a welcoming language. The teaching of PLAc is urgent and affective, favoring the insertion of migrants in new social contexts, always considering the emotional and subjective aspect of learning, bearing in mind possible conflicts that may appear at the beginning of the learning process. It is understood then that the teaching of PLAc has particularities, which requires trained people for such action. The teacher must have a preparation aimed at critical discussions to pass this on to their students, transmitting a vision of interculturality, contributing to the linguistic formation and also in

the citizenship formation of the refugees, leading them to fight and demand their rights as citizens, without difference. some of the host country's native population. This is a qualitative research, whose theoretical foundation was based on a literature review of authors such as Bizon (2013), Amado (2012), Grosso (2007) and (2010), among others. The results suggest that this topic still requires a lot of care and study, since migratory flows around the world are only increasing, thus leading scholars to seek the best ways to welcome these migrants.

KEYWORDS: Refuge. reception. Tongue. Portuguese.

IMIGRAÇÃO

Nos últimos anos a situação migratória, em todo o mundo, está em constante crescimento, devido a fatos e conflitos que vêm ocorrendo na sociedade atual, levado principalmente por questões político-sociais que obrigam populações a se deslocarem para outras nações buscando abrigo da crise que seu país de origem vive. Dados da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) demonstram que 79,5 milhões de pessoas estão em situação de deslocamento forçado no mundo, sendo 45,7 milhões de pessoas que se deslocaram internamente, 26 milhões são refugiados, 4,2 milhões são solicitantes de refúgio. Por dia esse deslocamento forçado lava 37 mil pessoas a fugir de suas casas levados por conflitos e perseguições.

É importante frisar que há uma diferença crucial e legal entre migrantes e refugiados. O refugiado é amparado no Brasil pela LEI N° 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997, já o migrante possui outra legislação que garante seus direitos, sendo ela a LEI N° 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.

Souza (2018) define como migrante as pessoas que se deslocam de seu país para outra nação e lá permanecem de forma temporária ou definitiva por vários motivos. Ele ainda diz que “o migrante é um sujeito de direito”, já que todos têm o direito de migrar, mesmo que não tenha os documentos regulamentados.

Outro termo utilizado para se referir a esta população que está em deslocamento é “migrante de crise”, sendo mais usado em questões sociológicas como um termo mais generalista, cobrindo diversos tipos de deslocamentos ou movimentos involuntários por conta de desastres ambientais, conflitos e fome.

“Migração forçada” não é um conceito legal, e similar ao conceito de “migração”, não existe uma definição universalmente aceita. Ele abarca uma ampla gama de fenômenos. Refugiados, por outro lado, são claramente definidos pelo direito internacional e regional dos refugiados, e os Estados concordaram com um específico e bem definido conjunto de obrigações legais em relação a eles. (ONU, 2016)

Além disso, se referir à um refugiado como migrante de crise acarreta nos mesmos problemas que se tem ao utilizar migrante, tirando a “atenção das necessidades específicas dos refugiados e das obrigações legais que a comunidade internacional concordou em direcionar a eles” (ACNUR, 2016)

Assim, refugiado é a pessoa que, por motivos de perseguição, conflito, violência, ou qualquer outro motivo necessita de proteção internacional, situações estas que põe a vida da pessoa em tamanho perigo que não deixa outra alternativa a não ser cruzar fronteiras nacionais buscando a segurança que deveriam obter em sua nações, passando então a ter acesso aos programas de assistência do país que o recebe e de todas as organizações que protegem esta população (ONU, 2016).

O refúgio populacional é algo que há muitas décadas acontece mundo afora e sempre houve conflitos e motivos que levaram populações a buscarem liberdade e sobrevivência, porém, neste século, os fluxos de refugiados cresceram mais rapidamente, trazendo a tona conversas e debates a respeito das políticas de acolhimento a esse migrante justamente por conta de todas as crises e conflitos que o mundo vem enfrentando, principalmente entre as populações do Oriente Médio que buscam abrigo em países da Europa e até mesmo no Brasil. A ONU “estima que ocorreu um incremento de 3,6 milhões de migrantes no período 2010-2013, sendo 1,1 milhão na Europa; 1,0 milhão na Ásia; 0,6 milhão na América do Norte e 0,5 milhão no continente africano” (LIMA, 2017, p. 22).

A SITUAÇÃO IMIGRATÓRIA NO BRASIL

A imigração populacional é algo que se faz presente na história brasileira desde seu descobrimento quando os portugueses chegaram em terras tupiniquins, passando pela chegada de holandeses, franceses, alemães, italianos e tantas outras etnias e nacionalidades que se deslocaram para a recém descoberta terra a sudeste da Europa.

Durante toda a história brasileira com os refugiados, passou-se por momentos difíceis, sendo mais notável a restrição que surgiu no 1º primeiro mandato de Vargas (1930-1945), sendo permitido somente 2% de migrantes por nacionalidade em território brasileiro. A recepção destes indivíduos teve mais atenção somente após 1950, no segundo mandato de Vargas. Antes desta data não se sabia nem como proceder com tal população e nem havia um acolhimento no mínimo humano, sendo estes os primeiros registros de refugiados no Brasil (LIMA, 2017).

Segundo o relatório *World Migration Report*, publicado em 2018 pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), a população de migrantes que vivem no Brasil cresceu 20% entre 2010 e 2015, chegando a 713 mil. Desta população 29% vindos de países sul-americanos, colocando o Brasil em terceiro lugar no *ranking* de contingente migratório do continente. “Segundo dados divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil reconheceu, apenas em 2018, um total de 1.086 refugiados de diversas nacionalidades” (ACNUR, 2019), levando o Brasil a marca de mais de 11 mil refugiados somente no ano de 2018.

Entre as populações que o Brasil recebe estão os sírios (36%), congolezes (15%) e angolanos (9%), dados da ACNUR. A organização ainda ressalta que o ano de 2018 teve

o maior número de “solicitações de reconhecimento de condição de refugiado” devido a entrada de venezuelanos em território nacional, das 80 mil solicitações feitas, 61.681 foram de pessoas vindas da Venezuela. Em segundo lugar está o Haiti - 7 mil solicitações, os cubanos (2.749), os chineses (1.450) e os bengaleses (947) (ACNUR, 2019).

Toda essa população, que se encontra em uma situação de vulnerabilidade, deve ter total apoio legal do Estado, com legislações que garantam todos os direitos desses indivíduos. Sendo assim, no ano de 1997 foi criada a Lei n. 9.474/1997, que determina direitos e deveres aos refugiados garantindo, através do Estatuto de 1951 e pelo Protocolo de 1967, a não deportação de indivíduos em ameaça à vida ou à sua liberdade, em razão de nacionalidade, raça, religião, opinião política ou grupo social. O Brasil foi pioneiro na América do Sul a formular legislação nacional específica e também um dos primeiros a aderir ao regime internacional para os refugiados (LIMA, 2017).

Com a Lei n. 9.474/1997 foi criado o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que analisa pedidos de refúgio, reconhece os refugiados e garante ações que certifiquem a proteção, assistência e apoio jurídico a esses indivíduos, por meio do Ministério da Justiça, com outros ministérios e ONGs que se dedicam à assistência à essa população.

Além de abranger os princípios conjecturados na Convenção de 1951, pelo Protocolo de 1967 da ACNUR e a criação do CONARE, a lei incorpora ainda as definições mais amplas a respeito do refúgio, presente na Declaração de Cartagena em 1984, ou seja, a concessão de refúgio à pessoa devido “a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” (ACNUR, 1984).

A I Conferência Nacional sobre Imigração e Refúgio (Comigrar), realizada entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2014, é outro marco institucional que trata de políticas para o refúgio (LIMA, 2017). Esta conferência foi de extrema importância na elaboração, discussão e reunião de informações que auxiliasse ao atendimento através de políticas públicas nacionais, dos refugiados, sendo esses afetados direta ou indiretamente. “Pela primeira vez um mecanismo institucional foi posto em prática para que o governo pudesse ouvir contribuições dos migrantes e refugiados em âmbito nacional” (LIMA, 2017, p. 60).

Mesmo com todos os avanços e atenção dada ao assunto, a nova demanda de estrangeiro que vêm chegando levou a criação de uma outra legislação voltada ao atendimento dessa população e em 24 maio de 2017 foi publicada a Lei nº 13.445, a Lei da Imigração, que desfaz a ideia de que o migrante é uma ameaça para a segurança do país, estabelecendo direitos e deveres aos migrantes, garantindo igualdade em liberdade, segurança e inviolabilidade do direito à vida, acesso à saúde e educação públicos, podendo exercer empregos e cargos de função pública (ZANATTI [et. al.], 2018).

A legislação do migrante e refugiado no Brasil teve muitos avanços nos últimos anos, seja pela situação que o mundo se encontra, com cada vez mais guerras e conflitos pelos mais diversos motivos, ou pelo sentimento contrário ao que leva tais conflitos acontecerem.

ACOLHIMENTO AO REFUGIADO

Quando os migrantes estrangeiros adentram o território brasileiro recebem um visto de 90 dias e ao fim do prazo precisam de um novo visto. Por não falarem o idioma e não conseguirem um emprego ficam perdidos, vivendo de maneira pior que em seus países.

Esses povos são acolhidos, majoritariamente, por ONGs e Organizações Religiosas que os auxiliam com itens básicos para viverem enquanto procuram alternativas para permanecerem por conta própria. Porém, segundo a Pastoral do Migrante, os principais desafios para os migrantes são a falta de locais de acolhimento, especialmente para migrantes temporários, atendimento médico, e ingresso no mercado de trabalho.

Uma das organizações que mais trabalha em prol dos refugiados é a ACNUR que coordena ações de proteção e garante o deslocamento e alocação de refugiados. Assim que o estrangeiro entra em território nacional, essa organização solicita visto temporário e reconhecimento de sua situação de refúgio, passando a ter direito ao acesso à saúde pública e à programas sociais, garantidos por lei (PRADO & ARAÚJO, 2019).

Assim é possível perceber a importância que o acolhimento tem para esta população e espera-se que o Estado arque com isso, já que se tem uma legislação que ampara os refugiados pelo menos com o básico para que eles passem a viver dignamente.

Além de toda a ajuda humanitária fornecida pela ONU e ACNUR, e também pelo Estado, com o SUS e o SUAS, instituições religiosas como a Pastoral do Migrante trabalham arduamente na intenção de acolher e auxiliar a melhoria de vida dos refugiados que chegam a cada dia em todo o Brasil e no mundo. Essa pastoral acolhe os migrantes, proporcionando abrigo temporário, ajuda na procura de emprego e na formação destes para que se integrem à comunidade de maneira eficaz.

Outras instituições e organizações também trabalham em prol do bem-estar social dessa população, como a Cruz Vermelha, que faz um trabalho de acolhida aos refugiados que, mesmo de passagem, chegam em território nacional, auxiliando na alimentação, assistência básica à saúde, água e oportunidade de contatar algum parente que não o acompanhou.

Entre as várias formas de acolhimento ao refugiado está o ensino da língua vigente no país, o auxílio na procura de empregos e, conseqüentemente, ajuda com moradias fixas, depois que saem dos abrigos temporários.

A LÍNGUA COMO FORMA DE ACOLHIMENTO

A língua é o meio de comunicação mais eficaz que existe e tem um poder sobre a sociedade, fortalecendo relações, sendo o ponto principal para que haja entendimento entre as partes. Através da língua expressamos o que sentimos, também por meio dela é possível se comunicar em idiomas diferentes. A língua é o melhor jeito de se relacionar com

os demais.

É incontestável a importância da língua para um acolhimento mais eficiente dos refugiados do mundo inteiro. No entanto, também se constitui como um dos problemas que estes encontram ao chegar aos seus destinos, já que a língua é o ponto principal para que ocorra a inserção na sociedade.

Pereira (2017) diz que o termo “língua de acolhimento” surgiu em Portugal, quando o fluxo migratório no país havia se acentuado, especialmente no ano 2000, para agregar um novo significado ao ensino-aprendizagem do idioma oficial do país que acolhe o migrante.

Para Grosso (2010) a língua de acolhimento frequentemente está ligada à resolução de questões de sobrevivência urgentes, em que a língua de acolhimento precisa ser o elo de interação afetiva (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma total cidadania democrática. (GROSSO, 2010)

Ainda para Grosso (2008), a aprendizagem da língua ultrapassa o âmbito comunicativo e torna-se uma ferramenta que visa a integração e a tomada de consciência de seus direitos e deveres, enquanto cidadão, conectando a aprendizagem da língua com as necessidades e os interesses do aprendente.

Para Cruz (2017), uma barreira se forma quando não há o conhecimento da língua estrangeira falada no país que acolhe o refugiado, trazendo grandes desafios para o não falante, tornando-o cada vez mais vulnerável à toda situação que possa vir a enfrentar, ela acrescenta que ao derrubar essa barreira os indivíduos partilharão de um elemento primordial para se viver em sociedade: a língua.

É evidente a importância do ensino da língua acolhedora à população de migrantes refugiados no Brasil, ainda mais se levar em conta que esta população vem de uma realidade de vulnerabilidade total. O fato de este povo ter a possibilidade de alavancar suas vidas através da aprendizagem do novo idioma é algo que faz muita diferença para os migrantes, já que esta ação dá autonomia ao sujeito.

RELEVÂNCIA DO ENSINO DA LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE ACOLHIMENTO

A aprendizagem do idioma do país acolhedor auxilia na resolução de vários problemas que o indivíduo tem, sendo indiscutível a importância e relevância do ensino da língua na vida do refugiado. Porém, os problemas do migrante com a língua começam muito antes da procura de emprego ou da tentativa de inserção na sociedade.

Segundo informações da última edição do “Refúgio em Números” do CONARE, refugiados de 94 nacionalidades estão em território brasileiro (BRASIL, 2017-2020), assim, inúmeros idiomas são falados por esses povos, que possuem culturas e costumes diferentes uns dos outros. O que os cursos de língua portuguesa fazem é minimizar, ao máximo, essas diferenças regionais, buscando incluir todos em um mesmo grupo de pessoas que

buscam aprender o idioma (PEREIRA, 2017).

No Brasil, o refugiado recorre a cursos de Língua Portuguesa para se integrar a sociedade e assim, conseguir um emprego digno e sair da situação de vulnerabilidade social e econômica alcançando um ritmo de vida mais perto do que viviam em seus países de origem.

São Bernardo (2016, p.64) aponta que é essencial que esses cursos ofereçam uma formação linguístico-comunicativa, que se faz muito necessária para as situações de trabalho “e aos afazeres do dia a dia, já que estas são as necessidades mais urgentes de uso da língua”.

Sene (2017) diz que o ensino-aprendizado acolhedor facilita e promove a integração do migrante na sociedade. A autora acrescenta que o ensino-aprendizagem da língua colabora para uma ressignificação dos migrantes ou mesmo uma re-existência dos mesmos, uma vez que aprender/adquirir uma língua forja identidades.

Para Ferreira (2019), a área de ensino da Língua de Acolhimento necessita de maior atenção dos governantes e da sociedade civil. O professor muitas vezes se encontra frente a um grupo de alunos com múltiplas culturas ou em contextos que não favorecem a aprendizagem. Ferreira (2019, p.13) conclui dizendo que o professor necessita “ensinar em uma situação emergencial para grandes grupos de pessoas porque essa talvez seja uma das únicas possibilidades dos refugiados terem alguma instrução formal, [...], antes de ingressar no mercado de trabalho e antes da interiorização”.

Segundo Orlandi (2007), a língua é influenciada pelo meio político, já Bizon (2013), diz que a política linguística é constituída pelas práticas sociais cotidianas de uma sociedade. Reforçando a ideia de que além da assistência governamental, é necessário, que os migrantes que buscam o aprendizado da língua acolhedora, tenham acesso à ações realizadas pela sociedade em si, para que se encontre a totalidade da política linguística.

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Quando se deseja falar da Língua Portuguesa como um idioma não nativo de algum indivíduo migrante os termos mais adequados para utilizar são o de língua adicional, ou língua de acolhimento. Sendo assim, será utilizado o termo Português como Língua de Acolhimento, ou PLAc que, segundo Lopez e Diniz (2018), é uma subdivisão do Português como Língua Adicional (PLA) dedicada a pesquisa e ensino de Língua Portuguesa para migrantes em situação forçada e vulnerável e sem o português como língua materna.

O ensino de PLAc é de caráter de urgência e afetivo, favorecendo a inserção do migrante em novos contextos sociais e deve considerar o aspecto emocional e subjetivo da aprendizagem, prevendo possíveis conflitos que podem surgir. Como é o caso de refugiados sírios que, ao chegarem no Brasil, encontram um país com total “liberdade” para mulheres, contrário a cultura do país. Assim, essa liberdade se transforma em uma

barreira, cabendo ao professor lidar com essa situação, mostrando o valor do aprendizado na vida do migrante.

Portanto, o ensino de PLAc possui suas particularidades, exigindo pessoas capacitadas, pois o professor tem o poder de revelar ou de velar todo o conhecimento que vai ali ser adquirido, evidenciando muito sobre sua prática docente. Sendo assim, São Bernardo e Barbosa (2018) dizem que, ensinar a língua de acolhimento exige uma conduta crítica de empoderamento, promovendo a transformação social e colocando o professor num papel transformador, facilitando o processo de integração e reconhecimento do migrante como parte da sociedade que o acolhe. Fica evidente, portanto, que o ensino-aprendizagem da língua acolhedora leva os aprendentes a se colocarem em seus lugares de direito.

Vários teóricos da área, como Bizon (2013), Valente (2019), Orlandi (2007) e Peres (2015), expressam que o ensino de PLAc deve receber maior atenção dos governantes, com políticas que favoreçam o refugiado e todos os envolvidos no processo. Peres (2015) diz ser essencial que o país de acolhida invista no ensino da sua língua e promova a dignificação das línguas usadas por refugiados, possibilitando a diversidade cultural. A preservação de todos os costumes e crenças do povo refugiado é um fator que auxilia na aceitação de sua realidade e no aprendizado de PLAc deste refugiado.

O refugiado, assim como todo ser humano, tem sua identidade construída através da língua. A língua materna, representa para o ser humano, não apenas um símbolo da sua nacionalidade, mas, também, a sua identidade cultural. É importante que os refugiados além de expostos à diversidade cultural, possam continuar usando a sua língua materna mesmo no país estrangeiro, para que a sua identidade seja preservada e a sua cultura, [...] seja mantida, mesmo em meio ao processo de integração a uma nova sociedade (PERES, 2015, p. 29-30).

Portanto, conclui-se que, o ensino de PLAc é de extrema importância para que a identidade do migrante seja preservada, como também esta ferramenta é um modo de empoderamento do indivíduo que passa a se ver como um cidadão e que possui direitos.

METODOLOGIAS DE ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

De maneira geral, cada curso de PLAc possui metodologias e material didático próprios. Porém, alguns autores têm se juntado para criar materiais voltados ao atendimento deste público. É o caso do manual, “Pode Entrar: Português brasileiro para refugiadas e refugiados”, fruto de uma parceria entre Oliveira et al. (2015), ACNUR e Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), possuindo unidades temáticas voltadas a reconstrução social do migrante, trabalhando a habilidade linguístico-discursiva, incentivando a interação dos alunos, utilizando somente a língua portuguesa para tal atividade.

Segundo Amado (2012), a melhor forma de ensinar um migrante a falar determinado idioma é através da Abordagem Comunicativa onde a língua é um conjunto de eventos comunicativos com propósitos, diferentes graus de complexidade e níveis de formalidade.

Para Valente (2019) a abordagem comunicativa possibilita ao estudante desenvolver capacidades de participar de distintas atividades por meio da realização de ações pelo uso da linguagem. Grosso (2007), diz a respeito que a “realização de tarefas significativas em situações ricas e complexas contribui para o desenvolvimento de competências, designadamente das comunicativas” (GROSSO, 2007, p. 05).

Outras abordagens utilizadas no ensino de PLAc são a intercultural e o letramento crítico. A primeira trata sobre promover o diálogo entre as culturas dos refugiados e a do professor. O letramento crítico busca problematizar questões sociais com heterogeneidade e pluralidade de vozes no processo de ensino-aprendizagem de PLAc.

É evidente que a metodologia mais indicada para o ensino de língua portuguesa como ferramenta de acolhimento é a que tenha a comunicação como base, além de zelar pela cultura do migrante, buscando incluir situações cotidianas nas atividades realizadas em grupo.

FORMAÇÃO DOCENTE VOLTADA AO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

A formação adequada do professor auxiliará em como o migrante verá o aprendizado da nova língua, o preparo adequado do docente influencia em todos os âmbitos da educação. Deve-se dar grande importância para a formação docente, além de apoiar o maior financiamento governamental para a área que vem crescendo nos últimos anos.

Segundo Sene (2017), o conhecimento da teoria auxilia na compreensão da dimensão do que vem se realizando, discutindo e pesquisando sobre o ensino de línguas, proporcionando acesso aos “fundamentos e abordagens que apresentem inúmeras concepções de língua, linguagem, língua estrangeira, ensino e aprendizagem” (SENE, 2017, p. 49).

Para que o docente utilize as melhores formas de ensino da língua em PLAc é necessário, segundo Novóia (1992), que a formação docente seja colaborativa, onde docentes e futuros docentes façam trocas de conhecimentos e saberes, assim novos aprendizados nascem e enriquece a prática do futuro docente, melhorando o atendimento aos futuros alunos.

Noções sobre a educação do entorno também são válidas quando se trata do ensino da língua acolhedora, segundo a concepção de Maher (apud. MIRANDA&LOPEZ, 2019), os profissionais precisam refletir criticamente o que está a sua volta e sobre o empoderamento de seus alunos, lembrando-os de seus direitos e da necessidade de legislações que os favoreçam.

Por conseguinte, a formação docente deve ser voltada à discussão de políticas

linguísticas que favoreçam este povo que luta por suas vidas de volta. A formação docente deve tentar ao máximo demonstrar o cuidado que se deve ter para com os migrantes, para que o ensino da língua seja o mais proveitoso possível para o indivíduo em situação de vulnerabilidade, lembrando sempre que o professor tem na língua uma grande ferramenta de empoderamento e acolhida ao refugiado que busca os cursos de PLAc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir com este artigo, que o ensino-aprendizagem da língua nativa do país acolhedor ao refugiado é de extrema importância, uma vez que revela seus direitos garantidos por lei, como também devolve a autonomia para viverem suas vidas tão logo arranjar um emprego e tenha uma renda.

Para que tudo isso seja assegurado ao indivíduo é preciso que a sociedade civil e o Estado acolham e auxiliem de maneira correta e humanizada toda a população que a cada dia entra no território nacional em busca de liberdade e sobrevivência, auxiliando-os no entendimento da legalização de sua situação no país até a oferta dos cursos de PLAc, passando pela garantia de acesso aos serviços governamentais necessários.

Conclui-se assim, que através da parceria entre civis e governantes o acolhimento ao migrante será realizado de maneira mais eficaz, já que com o Estado são garantidos direitos e deveres destes, enquanto as organizações civis auxiliam a quebrar as barreiras linguísticas, dando assistência, ainda, na procura de emprego e moradia, levando o refugiado a alcançar seus objetivos pessoais e viverem dignamente no país que o acolheu.

Foi possível através deste estudo concluir também, que a formação docente e as metodologias utilizadas para o ensino de PLAc devem ter certo cuidado, já que toda a educação do refugiado o levará a revelar seus direitos e o ensinar a exigir que estes sejam cumpridos. Tanto as metodologias como a formação docente devem ser voltadas a comunicação dos aprendentes e do professor que, desde a faculdade deve levar em conta que todos os saberes podem oferecer aprendizados diversos.

Percebe-se ainda, que o aprendizado é o canal para que o refugiado conquiste a vida que esperava ao largar seu país de origem em busca de uma vida livre e com condições de sobrevivência muito melhores do que as que possuía em sua nação envolta em crises político-sociais que o levaram a abandonar sua vida e seus bens para trás e ir atrás de uma nova vida em uma nação diferente em cultura, língua e vivências.

Somente o conhecimento da língua libertará o refugiado e o migrante que encontra dificuldades em seu caminho de adaptação a nova vida em um país diferente, somente através deste aprendizado é que o mais rápido possível o refugiado poderá seguir em frente e viver sem o medo de perder tudo novamente.

REFERÊNCIAS

AMADO, Rosane. Português Segunda Língua: perspectivas para a pesquisa linguística e o ensino pluri- e intercultural. *Papia Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. 22. 385-398. 2012.

BIZON, A. C. C. Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: A construção de territorialidades em tempos de internacionalização 2013. 445f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRASIL. LEI N° 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração, Brasília, DF, maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 13 de julho de 2020.

BRASIL. Refúgio em Números 4ª edição. Brasília, DF: Ministério da Justiça: Conare, 2017-2020.

CRUZ, Ingrid Sinimbu. Português Língua de Acolhimento: reflexões sobre avaliação. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2017, 117f.

FERREIRA, Luciane Corrêa [et al]. Língua de acolhimento : experiências no Brasil e no mundo / _____. (org.) – Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2019.

GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77.

GROSSO, M. J. Língua não materna-uma problemática conceitual. 2007.

GROSSO, M. J., TAVARES, A. e TAVARES, M. O Português para falantes de outras línguas: o utilizador elementar no país de acolhimento, DGIDC, IEFEP, ANQ, Lisboa, Ministério da Educação, 2008.

LIMA, João B. B. [et al.]. Refúgio no Brasil : caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília : Ipea, 2017.

LOPEZ, Ana Paula & DINIZ, Leandro. (2018). Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas Brasileiras para o Acolhimento de migrantes Deslocados Forçados.

MAHER, T.M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. *In* A. B. Kleiman e M. C. Cavalcanti (orgs.) *Linguística Aplicada: Faces e Interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. *Apud*. MIRANDA, Yara C. C.; LOPEZ, Ana P. A.. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de Português como Língua de Acolhimento, 2019.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. s/p.

OLIVEIRA, Talita Amaro de; et. al. *Pode Entrar*. 1 ed. São Paulo: [s.e.], 2015.

ONU. Nações Unidas Brasil, 2016. Qual a diferença entre 'refugiados' e 'migrantes'?. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

ONU. Nações Unidas Brasil, 2017. População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

ORLANDI, E. P. (2007). Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. (org.). Política lingüística no Brasil. Campinas: Pontes. p. 7-10.

PEREIRA, Giselda Fernanda. O português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 118-134, jan./jun. 2017. DOI 10.5935/cadernosletras.v17n1p118-134.

PERES, Gabriela. Situação Lingüística de Refugiados Sírios no Brasil: o Ensino de Português como Língua de Acolhimento. Monografia (Bacharelado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina. 50 f. Florianópolis, 2016.

PRADO, Marco Aurélio M.; ARAÚJO, Suzana Almeida. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia, 2019. Psicologia Política. vol. 19. nº 46. pp. 570-583. set-dez. 2019

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. Português como língua de acolhimento : um estudo com migrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. São Carlos : UFSCar, 2016. 206 p.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de; BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. Ensino de Português Como Língua De Acolhimento: experiência em um curso de Português para migrantes e Refugiados(as) no Brasil. In: fólio - Revista de Letras, [S.l.], v. 10, n. 1, ago. 2018. ISSN 2176-4182.

UNHCR ACNUR. ACNUR Brasil, 2019. Dados sobre refúgio. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

_____. Dados sobre refúgio no Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

VALENTE, P. DE P. Português como Língua de Acolhimento para acesso a Direitos Humanos: Políticas Lingüísticas e Reflexões a partir da análise de materiais didáticos para migrantes. Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades, v. 7, n. 2, 31 dez. 2019.

ZANATTI, Andrea W.; SIQUEIRA, José F. R.; FELIX, Robson G. Haitianos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul: a busca por uma integração humanitária. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 471-486, jul./set. 2018

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Alfabetização 64, 65, 69, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 187, 189, 194, 223

Amazônia 136, 137, 138, 139, 143, 144

Aprender 16, 35, 114, 115, 154, 176, 202, 203, 205, 207, 208, 212, 213, 214, 218, 219

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 36, 37, 40, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 66, 69, 71, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 112, 113, 114, 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 140, 143, 145, 146, 150, 153, 155, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 189, 190, 195, 197, 198, 199, 201, 204

C

Ciência 24, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 70, 80, 109, 111, 114, 127, 130, 134, 139, 149, 183, 201, 206, 216

Continuidade 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 67, 71, 79, 99, 101, 108, 113, 142, 189, 192, 215

COVID-19 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 53, 80, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Cuidar 33, 35, 123, 124, 125, 126, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

D

Decadência ideológica 38, 48

Descontinuidade 9, 10, 99

Diretoras escolares 78, 84

Docência 182, 185, 188, 189, 223

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 38, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 216, 218, 219, 222, 223

Educação à distância 51, 52, 53, 55, 56, 60

Educação básica 25, 62, 66, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 94, 97, 113, 121, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 223

Educação de jovens e adultos 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 77, 111, 113, 114, 116, 118, 119, 121, 122

Educação infantil 80, 98, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 204

Enfermagem 12, 13, 37, 66, 145, 146, 153, 154, 155, 205, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

Ensino médio 8, 24, 26, 28, 29, 36, 62, 67, 69, 71, 72, 77, 80, 82, 83, 84, 96, 97, 98, 199

Equidade 10, 55, 97, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195

Estado 1, 2, 4, 5, 14, 48, 64, 65, 77, 80, 86, 90, 92, 93, 95, 111, 112, 114, 115, 120, 121, 128, 137, 138, 141, 150, 173, 174, 179, 189, 212, 223

F

Fake news 27, 36, 37

Famílias 32, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 184, 190, 202, 205, 207, 208, 209, 214, 215

Formação 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 17, 24, 55, 57, 61, 63, 66, 69, 70, 74, 75, 79, 81, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 103, 104, 106, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 170, 174, 176, 178, 179, 180, 184, 186, 191, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 209, 211, 212, 223

Formação alfabetizadores 111

Formação e trabalho 145

Formação pastoral 127, 129, 130, 131, 133

Formalismo 38

G

Gestão democrática 69, 94, 107, 109, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204

Gestão Educacional Municipal 187

Gestão escolar 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 193, 196, 197

H

História 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 21, 41, 42, 44, 45, 49, 63, 66, 79, 80, 86, 99, 100, 101, 109, 110, 113, 119, 120, 122, 126, 138, 140, 142, 172, 191, 194, 207, 208, 215, 219

I

Indicador Vulnerabilidade Curitiba 187, 188, 189, 192, 194, 195

Indisciplina 91, 95, 182, 183, 184, 185, 186

L

Liberdade 43, 68, 74, 76, 92, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 130, 139, 143, 148, 155, 172, 173, 176, 179, 210

Língua 87, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 193, 223

M

Mainstreaming and Service Learning 158

Maioridade 99, 100, 107, 108, 109

Mediador 51, 58, 60, 221

Mercado de trabalho 48, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 174, 176

Metodologia comparada 145, 147

Modelos educacionais 127

Morte 98, 101, 146, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Multidisciplinar 12, 55, 56, 159, 169, 223

O

Orientador 51, 58, 59, 60, 78, 82, 114

P

Pandemia 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 53, 80, 95, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 184, 188

Papel do gestor 196, 197

Políticas públicas 64, 80, 81, 92, 93, 95, 111, 112, 113, 119, 129, 132, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 173, 223

Português 4, 7, 146, 170, 176, 177, 178, 180, 181

Processo educacional 3, 4, 6, 57, 103, 136, 138, 142, 188, 203

Programa de alfabetização 111

Project-based learning 158, 163, 168

Projeto de extensão 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20

Q

Qualidade 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 22, 25, 26, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 69, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 132, 140, 153, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 208

R

Racionalismo 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 100, 105, 108, 109

Refúgio 170, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 181

S

Saúde 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 35, 36, 37, 64, 87, 118, 127, 128, 129, 134, 145, 146, 151, 152, 153, 156, 173, 174, 183, 207, 208, 209, 211, 215, 216, 217

Sociedade 1, 2, 5, 6, 9, 11, 13, 16, 22, 25, 26, 27, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 55, 57, 59, 63, 66, 69, 74, 78, 80, 81, 85, 90, 91, 95, 96, 100, 103, 104, 108, 115, 116, 118, 119, 128, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 151, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 189, 190, 201, 202, 203, 207, 211

Sustainability 158

Sustainable development goals 158, 169

T

Tutor à distância 51, 52, 53, 54, 59, 60

Tutor presencial 51, 52, 53, 54, 56, 60

U

Unidades de Terapia Intensiva 145

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

2



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022